

**Relatório de análise dos comentários e
sugestões formulados no período de consulta
pública do projeto de revisão do documento
complementar n.º 2 ao regulamento tarifário do
serviço de gestão de resíduos urbanos**

Consulta Pública n.º 04/2019

dezembro de 2019

Índice

1. Enquadramento.....	3
2. Objeto.....	4
3. Identificação das entidades que se pronunciaram	4
4. Apreciação dos comentários recebidos	5
4.1. Apreciação dos comentários gerais e/ou aplicáveis à redação do Documento Complementar e/ou ao Anexo (Modelo de contas reguladas reais)	5
4.2. Apreciação dos comentários específicos ao articulado do projeto de revisão do documento complementar	8
Artigo 4.º - Conteúdo e modelo das contas reguladas reais.....	9
Artigo 5.º - Mais-valias e indemnizações	11
Artigo 9.º - Entrada em vigor	18
5. Conclusões.....	19

1. Enquadramento

O Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (doravante também designado por "Regulamento Tarifário" ou "RTR"), foi aprovado pela Deliberação n.º 928/2014, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 15 de abril. Posteriormente, de forma a detalhar e operacionalizar as suas regras e conforme previsto no artigo 99.º do RTR, foram aprovados e publicados os documentos complementares estabelecendo o conteúdo e regras específicas das contas reguladas previsionais (Regulamento n.º 817/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 18 de agosto de 2016) e das contas reguladas reais (Regulamento n.º 202/2017, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 19 de abril de 2017).

Considerando a experiência entretanto adquirida pela ERSAR na implementação do modelo de regulação para as entidades gestoras concessionárias de serviços de gestão de resíduos urbanos no primeiro período regulatório (2016-2018), entendeu-se necessário efetuar um conjunto de ajustamentos ao Regulamento Tarifário e respetivos documentos complementares, tendo em vista a sua simplificação, flexibilização e clarificação.

Assim, o Regulamento n.º 52/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 23 de janeiro de 2018, reviu e republicou o Regulamento Tarifário, introduzindo alterações ao modelo de determinação dos proveitos permitidos. Estas alterações exigiram a revisão e adaptação do modelo de reporte de contas previsionais, o que veio a acontecer com a aprovação do Regulamento n.º 222/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 13 de abril (DC1), impondo-se agora a correspondente adaptação do modelo de reporte de contas reais.

Neste contexto, o Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos deliberou, em reunião de 9 de outubro de 2019 e ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º e do artigo 99.º do Regulamento Tarifário, aprovar o projeto de revisão do Documento Complementar n.º 2 ao RTR (DC2), estabelecendo o modelo de reporte das contas reais, dirigido a todas as entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal, bem como de titularidade municipal que prestem o serviço de gestão de resíduos urbanos a outras entidades gestoras, em Portugal continental, às quais se aplique o RTR.

O aludido documento destina-se a especificar algumas regras regulatórias necessárias à preparação da informação a reportar no âmbito do Regulamento Tarifário, tendo sido submetido

a consulta pública e a audição do Conselho Tarifário, nos termos do artigo 12.º dos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

2. Objeto

A Consulta Pública n.º 04/2019 da ERSAR teve por objeto o projeto de revisão do documento complementar n.º 2 ao RTR, aprovado pelo Conselho de Administração da ERSAR em reunião de 9 de outubro de 2019.

Esta consulta decorreu entre os dias 10 de outubro e 21 de novembro, tendo sido ainda promovida a audição do Conselho Tarifário em reunião de 23 de outubro de 2019, que se pronunciou favoravelmente por unanimidade.

O presente relatório aborda as questões colocadas pelos participantes e a posição da ERSAR quanto às mesmas. Partilha-se, assim, com os participantes na consulta pública e quaisquer interessados, o resultado das reflexões adicionais a que a análise dos contributos conduziu.

3. Identificação das entidades que se pronunciaram

Para além do Conselho Tarifário da ERSAR, que emitiu parecer favorável ao documento, pronunciaram-se no período da consulta pública, apresentando comentários e sugestões de alteração, duas entidades:

- EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A. ("EGF"), em representação das participadas:
 - Algar – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.;
 - Amarsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.;
 - Ersuc – Resíduos Sólidos do Centro, S.A.;
 - Resiestrela – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.;
 - Resinorte – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.;
 - Resulima – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A.;
 - Suldouro – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A.;
 - Valnor – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.;
 - Valorlis – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.;
 - Valorminho – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.;
 - Valorsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A.

- ESGRA – Associação para a Gestão de Resíduos.

4. Apreciação dos comentários recebidos

A participação das entidades às quais as normas se aplicarão na elaboração das mesmas é um aspeto relevante para assegurar a eficácia da regulação de um setor de monopólios legais, como é o caso do dos resíduos, permitindo antecipar questões relativas à sua aplicação e contribuindo para maior segurança regulatória.

Na sequência da consulta pública e da audição do Conselho Tarifário, que se revelaram instrumentos essenciais à consolidação de ideias e conceitos relativos à revisão do documento complementar n.º 2 ao RTR, foram acolhidas diversas sugestões de alteração relativamente à proposta da ERSAR, conforme se evidencia abaixo.

São ainda efetuadas correções a lapsos de escrita detetados nos artigos 1.º e 7.º e algumas correções da linguagem utilizada no projeto de documento complementar.

4.1. Apreciação dos comentários gerais e/ou aplicáveis à redação do Documento Complementar e/ou ao Anexo (Modelo de contas reguladas reais)

A EGF propõe que estejam refletidos no corpo do documento todas as definições, critérios e regras utilizados nas fórmulas inscritas nas folhas do ficheiro de reporte de contas reguladas reais.

No sentido de melhor clarificar as aludidas definições, critérios e regras, é acrescentado um artigo que reflete o funcionamento do ficheiro de reporte (novo artigos 5.º, que se transcreve de seguida) e é melhorada a redação de outras normas, de modo a introduzir especificações acrescidas, indo desta forma ao encontro das propostas apresentadas pela EGF. Neste âmbito incluem-se (i) a correção de proveitos e custos incrementais em função da (não) realização de investimentos, e (ii) o detalhe processual em casos de mais-valias e/ou indemnizações.

«Artigo 5.º

Proveitos e custos incrementais

1 - Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 37.º do RTR e com vista à validação dos proveitos e custos incrementais a incorporar nos proveitos permitidos totais do segundo ano subsequente ao ano a que se reportam, é avaliado o grau de execução dos investimentos planeados ou projetos previstos.

2 – Nos casos em que se verifiquem alterações relativas à execução do plano de investimentos e projetos aprovados, a entidade reguladora avalia a responsabilidade da entidade gestora relativamente a essas alterações e os consequentes prejuízos ou benefícios para os utilizadores.

3 – Com base na análise referida nos números anteriores, será avaliada a necessidade de ajustamento dos proveitos permitidos em cada ano.

4 – O ajustamento dos proveitos e custos incrementais no ficheiro de reporte das Contas Reguladas Reais será, sempre que possível e se mostre adequado, feito de forma proporcional ao atraso verificado.

5 – Sempre que não seja possível ou não se mostre adequado o procedimento referido no número anterior, a célula(s) do ficheiro em questão será(ão) ajustada(s) de acordo com a forma mais adequada para a realização do ajustamento.»

A EGF refere que a utilização de folhas *Excel* para o reporte de contas é um meio de tramitação de informação pouco robusto, com elevados custos de manipulação e elevada probabilidade de erro, e recomenda a criação de uma plataforma informática na qual os dados possam ser carregados pelas entidades gestoras, desejavelmente por processos automáticos de comunicação entre os sistemas de informação destas e o do regulador, garantindo a integridade e fiabilidade da informação reportada, minimizando erros involuntários de reporte e de análise dos dados, e, também, a duplicação de informação.

Esta sugestão merecerá a melhor atenção da ERSAR para futuro, na medida em que é já uma realidade noutras entidades reguladoras e está alinhada com os princípios orientadores de modernização administrativa.

A EGF alerta para o que entende ser a solicitação de informação que não é sujeita a ajuste anual ou que poderá ser acompanhada noutras fases do processo regulatório com menor impacto administrativo. Para exemplificar aponta o "coeficiente de utilização de infraestrutura", que entende ser utilizado para efeitos da remuneração da BAR definida para todo o período regulatório e não um item de ajustamento da BAR, e a "estrutura de financiamento", que não será uma rubrica integrada nos proveitos permitidos, constituindo um risco de gestão financeira suportado pela empresa e, inclusivamente, passível de ser obtido pela observação e análise do relatório e contas das concessionárias. Neste seguimento, a EGF propõe a eliminação de ambos os elementos do reporte de contas reguladas reais.

No que respeita ao coeficiente de utilização de infraestrutura importa esclarecer que, na medida em que este concorre para o cálculo do valor regulatório da BAR em cada ano, está incluído nos respetivos ajustamentos, referidos na alínea a) do artigo 37.º do RTR. Por outro lado, se nas contas previsionais é inscrita a previsão da utilização da infraestrutura, é normal que esta utilização seja reavaliada em sede de contas reguladas reais, em função da dita utilização das infraestruturas no ano em análise.

Já no que concerne à estrutura de financiamento, cumpre informar que, contrariamente ao que a EGF afirma, os elementos constantes da folha em causa no ficheiro de reporte não são detalhados nos relatórios e contas das concessionárias. Por outro lado, tratando-se de elementos de acompanhamento da situação económica e financeira das entidades reguladas devem os mesmos ser objeto de uma análise atempada e não apenas no final do período regulatório.

A EGF sugere a inclusão de uma reconciliação da base de ativos regulados com o direito de utilização de infraestruturas (DUI) e subsídios aos investimentos, reconhecidos em termos estatutários.

Acolhe-se a sugestão da EGF, sendo incluída tabela de reconciliação da BAR com o DUI no balanço das entidades em folha adicional ao ficheiro de reporte de contas reguladas reais.

A EGF questiona ainda por que motivo não é clarificado o funcionamento e determinação dos incentivos e majorações no documento.

A este respeito importa esclarecer que o funcionamento e determinação dos incentivos e majorações estão detalhados no respetivo documento complementar (DC3). De qualquer modo, a ERSAR reitera a sua disponibilidade para esclarecer dúvidas e questões das entidades reguladas acerca desta matéria em sede própria.

A EGF apresenta disponibilidade para apoiar o reforço das definições aplicáveis e, com base nestas, validar todas as fórmulas do ficheiro do modelo de reporte das contas reguladas reais, mencionando que foram, entretanto, detetados alguns lapsos adicionais.

Na medida em que não são concretizados ou identificados os aludidos lapsos, não é possível efetuar a respetiva análise ou proceder a eventual correção.

4.2. Apreciação dos comentários específicos ao articulado do projeto de revisão do documento complementar

No presente capítulo são elencados os comentários e sugestões mais específicos de alteração da redação proposta, assim como apresentada a ponderação que os mesmos mereceram por parte da ERSAR, nomeadamente as razões de aceitação ou rejeição das propostas recebidas e consequentemente a redação final do documento complementar. Transcrevem-se apenas as disposições que mereceram comentários por alguma das entidades participantes na consulta pública.

QUADRO

Análise dos comentários ao projeto de revisão do documento complementar n.º 2 ao RTR

Artigo 4.º - Conteúdo e modelo das contas reguladas reais

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>2 – Conjuntamente com o ficheiro de reporte referido no n.º 1, deverá a entidade gestora remeter os seguintes elementos:</p> <p>a) Relatório descritivo das contas reguladas reais, incluindo fundamentação das diferenças face a valores aprovados, certificação do cumprimento de normativos definidos e demais situações que o ficheiro de contas reais não permita evidenciar/justificar;</p> <p>b) Relatório e Contas do ano de reporte (versão assinada digitalizada e versão digital);</p> <p>c) Ficheiro justificativo dos preços médios associados às receitas adicionais e respetivas quantidades, de acordo com modelo disponibilizado pela ERSAR.</p>	ESGRA	Quanto à alínea b), sugere-se a opção por uma das duas versões do Relatório & Contas, para evitar a duplicação de elementos.	Considera-se necessária a versão digital em acréscimo à versão digitalizada que atesta a aprovação de contas na medida em que a primeira permite a leitura, análise e tratamento de dados pela ERSAR.	Sem alteração.
	EGF	Sugere-se que a ERSAR indique a estrutura que o relatório descritivo indicado na alínea a) deve ter, de forma garantir a harmonização dos relatórios.	Considera-se relevante a existência de uma estrutura para o relatório descritivo. Contudo, para que o documento possa ser adaptado em função de necessidades das EG e/ou do Regulador, esta estrutura será comunicada anualmente.	Sem alteração.
		Sugere-se a integração do ficheiro indicado na alínea c) no ficheiro de reporte das contas reguladas reais.	Acolhe-se a sugestão.	Alterado ficheiro de reporte.
		Questiona-se a ausência da exigência de apresentação de qualquer certificação dos auditores.	A certificação por auditor aceite pela entidade reguladora do setor é uma exigência quer do Decreto-lei n.º 96/2014 quer dos Contratos de Concessão reconfigurados celebrados com o Estado pelo que, naturalmente, essa exigência de certificação se matém, de modo a obter a validação por parte de entidade externa, da	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			reconciliação das contas reguladas com as contas estatutárias e respetivos documentos de suporte. O modelo de certificação será comunicado anualmente.	
3 – Sempre que se verifique necessário a ERSAR pode introduzir alterações às fórmulas de cálculo auxiliar dos proveitos permitidos, com o objetivo de assegurar a sua plena funcionalidade e adequação às normas do RTR e presente DC2, não implicando tal facto a alteração da data, prevista no RTR, de reporte das contas reais por parte das entidades gestoras.	ESGRA	Não parece adequada a introdução de alterações metodológicas sem prévio conhecimento das entidades sujeitas às obrigações previstas no documento.	Embora realçando-se que as alterações em causa serão unicamente para assegurar a consistência entre a mecânica do ficheiro de reporte e as regras do RTR e documentos complementares, acolhe-se a sugestão de formalização da comunicação /interação com as EG aquando de alterações a fórmulas no ficheiro de reporte, de resto uma prática que já vem sendo seguida. Contudo, de modo a que eventuais identificações de alteração não ponham em causa o cumprimento de prazos legais ou limitem a análise de temas complexos pelas EG, considera-se mais adequado fixar um prazo mínimo de dois dias úteis.	3 - Sempre que se revele necessário a ERSAR pode introduzir alterações às fórmulas de cálculo auxiliar dos proveitos permitidos, com o objetivo de assegurar a sua plena funcionalidade e adequação às normas do RTR e presente DC2. 4 – Para efeitos do número anterior, a ERSAR notifica as entidades da proposta de alteração para as entidades, concedendo um prazo de pronúncia, nunca inferior a dois dias úteis. 5 – O procedimento referido nos números anteriores não implica a alteração da data prevista no RTR para o reporte das contas reais por parte das entidades gestoras.
	EGF	Questiona-se a eventual discricionariedade que este número parece permitir ao Regulador, em especial por não estarem descritas no documento todas as definições, critérios e regras que assistem ao funcionamento do ficheiro. Propõe-se que qualquer necessidade de alteração de fórmulas seja precedida de consulta prévia e objeto de pronúncia pelas entidades gestoras de pelo menos 5 dias.		

Artigo 5.º - Mais-valias e indemnizações

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Artigo 5.º	EGF	<p>Para evitar tornar confusas e dispersas as normas constantes dos documentos complementares que concretizam o RTR, estes esclarecimentos deveriam constar no DC1 e não no DC2. Propõe-se que o conteúdo do artigo 5.º seja aditado ao DC1 e eliminado deste documento.</p> <p>Solicita-se também esclarecimento à ERSAR sobre a norma fonte no atual RTR que permite a presente previsão, em particular no que diz respeito ao n.º 2.</p>	<p>Na medida em que o conceito de "ativo" integrado na base de ativos regulados pressupõe que o bem não se destina a venda no decurso da atividade da entidade gestora, conforme decorre da definição constante da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do RTR, o eventual benefício económico gerado pela sua desafetação da concessão, seja em caso de alienação ou sinistro que dê origem a indemnização, deverá ainda reverter para o sistema e para as tarifas, e não automaticamente para as entidades gestoras.</p> <p>Para além disso, decorrente da experiência de aplicação do RTR, verifica-se que a questão do apuramento do referido benefício económico e sua consideração nos proveitos permitidos ocorre, de uma forma geral, em sede de contas reais, pelo que se considera necessário clarificar no presente documento os detalhes operacionais da aplicação das regras já constantes do DC1.</p> <p>Sem prejuízo, poderá ainda vir a ser analisada a possibilidade de estes detalhes serem também incorporados no DC1, de forma a que nas situações</p>	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			em que a EG tenha a capacidade de prever situações que deem lugar a realização de mais-valias ou indemnizações utilize as mesmas regras aquando da entrega das contas previsionais. Passa a artigo 6.º face à introdução de um novo artigo (5.º) como atrás referido.	
1 – Para efeitos de manutenção na esfera da concessão dos benefícios económicos decorrentes de ativos registados na Base de Ativos Regulados, o valor e as circunstâncias das alienações e liquidações de ativos e de indemnizações recebidas por perdas de ativos deverão ser comunicadas à ERSAR para apuramento dos montantes a incorporar nos proveitos permitidos.	EGF	A previsão de que eventuais receitas obtidas com a alienação ou liquidação de um ativo em fim de vida útil deverão ser abatidas para o cálculo dos proveitos permitidos, caso a interpretação for a de um abatimento integral dessas receitas, anula qualquer incentivo às concessionárias em dar qualquer outro fim aos ativos substituídos, prejudicando todo o sistema e seus utilizadores. Propõe-se que as receitas sejam partilhadas (50/50) entre entidade gestora e sistema.	Considera-se pertinente a proposta de otimização dos valores de alienação/liquidação de ativos de modo a maximizar os benefícios que cada ativo aporta ao sistema. Contudo, a concretização de um eventual incentivo será apenas abordada em sede de revisão do documento complementar n.º 3.	1 - Para efeitos de manutenção na esfera da concessão dos benefícios económicos decorrentes de ativos registados na Base de Ativos Regulados, devem as entidades gestoras comunicar à ERSAR o valor e as circunstâncias das alienações e liquidações de ativos e de indemnizações recebidas por perdas de ativos, para apuramento dos montantes a incorporar nos proveitos permitidos.
2 – No caso de substituição de ativos em fim de vida útil aprovada pela ERSAR, o seu abate na BAR ocorre na data de aquisição do novo ativo e não dará origem ao reconhecimento de qualquer valor em proveitos permitidos, revertendo eventuais receitas obtidas	EGF	As amortizações, de acordo com o RTR, têm início a 1 de janeiro do ano após aquisição/entrada em funcionamento. Propõe-se a incorporação no cálculo de proveitos permitidos da amortização do último ano de vida útil, quando o ativo seja substituído. Propõe-se igualmente	A norma em apreço aplica-se somente a ativos cuja vida útil tenha terminado, não a casos em que ainda exista uma amortização por registar. Por outro lado, os ativos ainda em uso mas cuja vida útil já tenha terminado não são	2 - No caso de substituição de ativos em uso após o fim da sua vida útil, aprovada pela ERSAR, o abate na BAR ocorre na data de aquisição do novo ativo e não dá origem ao reconhecimento de qualquer

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
com a alienação ou a liquidação do ativo abatido para o cálculo de proveitos permitidos.		a alteração da redação para "(...), o seu abate na BAR ocorre na data de aquisição do novo ativo, dará origem apenas ao reconhecimento da amortização do ativo substituído em proveitos permitidos, (...)	passíveis de reconhecimento de amortizações em proveitos permitidos. No entanto, para efeitos de clarificação do articulado, altera-se a redação da norma.	valor em proveitos permitidos, revertendo eventuais receitas obtidas com a alienação ou a liquidação do ativo abatido para o cálculo de proveitos permitidos, por dedução aos custos de exploração, devendo a alienação ou liquidação ser reportada à ERSAR em sede de reporte de contas reguladas reais do ano em que ocorra.
3 – Quando um ativo deixe de ter utilidade antes do fim de vida útil e não haja necessidade de substituição, o abate não dará origem ao reembolso do valor do ativo ainda não amortizado, revertendo o valor de eventuais mais-valias no caso de alienação ou liquidação do ativo para o cálculo dos proveitos permitidos, por dedução aos custos de exploração, devendo a alienação ou liquidação ser reportada à ERSAR no ano em que ocorra.	ESGRA	Sugere-se que seja dado um prazo para o reporte ser realizado, de modo a assegurar o reporte em prazo nos casos em que a alienação ou liquidação tenha lugar no final do ano.	Acolhe-se a sugestão. Altera-se também o articulado em linha com o esforço transversal de clarificação de definições, critérios e regras utilizados.	3 – Quando um ativo deixe de ter utilidade antes do fim de vida útil e não haja necessidade da sua substituição, o abate não dá origem ao reembolso do valor do ativo ainda não amortizado, revertendo o valor de eventuais mais-valias, no caso de alienação ou liquidação do ativo, para o cálculo dos proveitos permitidos, por dedução aos custos de exploração, devendo a alienação ou liquidação ser reportada à ERSAR em sede de reporte de contas reguladas reais do ano em que ocorra.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
4 – Quando um ativo deixe de ter utilidade antes do fim de vida útil, por motivo de obsolescência técnica provocada por imposições legais ou pela necessidade de cumprimento dos objetivos de serviço público, e tal seja aceite pela ERSAR, a empresa será reembolsada pelo valor líquido do ativo, revertendo o valor de eventuais mais-valias no caso de venda do ativo para o cálculo dos proveitos permitidos, por dedução aos custos de exploração devendo a alienação ou liquidação ser reportada à ERSAR no ano em que ocorra.	ESGRA	Sugere-se que os critérios para a aceitação ou recusa da ERSAR sejam fixados no documento.	A avaliação da obsolescência técnica varia de forma relevante consoante o ativo em questão, pelo que a fixação de critérios no documento seria eventualmente demasiado restritiva e, nessa medida, penalizante para as entidades gestoras.	4 - Quando um ativo deixe de ter utilidade antes do fim de vida útil por motivo de obsolescência técnica provocada por imposições legais ou pela necessidade de cumprimento dos objetivos de serviço público, e tal seja aceite pela ERSAR, a empresa é reembolsada pelo valor líquido do ativo, revertendo o valor de eventuais mais-valias, no caso de venda do ativo, para o cálculo dos proveitos permitidos, por dedução aos custos de exploração, devendo a alienação ou liquidação ser reportada à ERSAR no ano em que ocorra.
5 – Em caso de necessidade de substituição de um ativo por perda total derivada de avaria ou acidente, o seu abate na BAR permite o reconhecimento em proveitos permitidos do valor do ativo ainda não amortizado, limitado ao valor das eventuais mais-valias, indemnizações e/ou quaisquer outras compensações.	EGF	As indemnizações por perda total do ativo procuram repor financeiramente o bem a substituir. Neste sentido, propõe-se a redação "(...), permite reconhecimento na base de ativos regulados a deduzir ao investimento de substituição, (...)".	Embora as indemnizações visem, de facto, compensar a perda, estão associadas ao ativo a substituir e não ao novo. Por outro lado, o fluxo financeiro verifica-se num só ano, por oposição à diluição pela vida útil do ativo, que penalizaria o sistema. Assim, não se acolhe a sugestão. Contudo, para efeitos de clarificação do articulado, altera-se a redação.	5 – Em caso de necessidade de substituição de um ativo por perda total devido a sinistro, deve ser observado o seguinte procedimento: a) Abate do ativo sinistrado no ano do evento, através da colocação do valor contabilístico líquido a zero por via do preenchimento da data de abate no

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
				<p>ficheiro de reporte. Este movimento só tem impacto na BAR (e respetivo cálculo de remuneração atribuível no ano);</p> <p>b) Incorporação em proveitos permitidos, por dedução aos custos de exploração, nos ajustamentos do ano em que ocorram, das receitas decorrentes de:</p> <p>i) indemnizações, a registar pelo maior valor entre zero e a diferença entre o valor recebido e o valor contabilístico do ativo abatido no ano de abate, devendo este valor ser suportado em documentação final da(s) seguradora(s) a remeter à ERSAR;</p> <p>ii) eventuais mais-valias ou outras compensações relacionadas com os bens sinistrados.</p>

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
				c) Registo do ativo adquirido para substituir o ativo sinistrado, o qual deve ser tratado como novo investimento, acrescentando-se à BAR à medida da execução do investimento, conforme o plano aprovado pela ERSAR.
<p>6 – Para efeitos de incorporação em proveitos permitidos das receitas de alienação e/ou liquidação mencionadas nos números 2, 3, 4 e 5:</p> <p>a) no caso de ativos móveis com valor de aquisição superior a 20 mil euros e dos ativos imóveis considerar-se-ão os valores mais altos entre os que forem obtidos pela entidade gestora e os que resultem da média dos dois valores mais altos resultantes de uma avaliação dos ativos em questão realizada por três entidades independentes, aceites pela ERSAR, devendo a entidade gestora remeter à ERSAR os relatórios de avaliação em conjunto com a documentação mencionada no n.º 2 do artigo 4.º;</p>	ESGRA	Sugere-se que os critérios para a aceitação ou recusa da ERSAR na alínea a) sejam fixados no documento.	A aceitação/recusa de avaliadores de ativos por parte da ERSAR terá por base critérios de reputação, idoneidade, dimensão e experiência nas matérias sujeitas a avaliação. Na medida em que são critérios comumente aceites neste domínio, não se entende necessária a sua inclusão no articulado.	<p>6 – Para efeitos de incorporação em proveitos permitidos das receitas de alienação e/ou liquidação mencionadas nos números 2, 3, 4 e 5, são considerados os seguintes valores:</p> <p>a) no caso de ativos com valor de aquisição superior a 100 000 euros e inferior ou igual a 500 000 euros, é considerado o valor mais elevado de entre os que forem obtidos pela entidade gestora e os que resultem da média dos valores mais altos de duas avaliações de entidades independentes, aceites pela ERSAR, devendo a</p>
	EGF	Está implícito um processo burocrático, com custos administrativos, que não estão previstos na tarifa. Entendendo a ERSAR que deve manter esta exigência, deverá pelo menos manter que esta seja aplicada em montantes mais significativos. Adicionalmente, a manterem-se os termos, deverá ser possível, pelo menos, a inclusão da dedução da mais/menos valia a incluir nos proveitos permitidos, assim como os gastos	Acolhe-se a sugestão de alteração do valor de aquisição, sendo revisto o número de avaliações exigível em função do montante de aquisição do ativo. No que respeita à dedução de mais/menos valia a incluir nos proveitos permitidos, não se acolhe a sugestão, pelas mesmas razões apresentadas ao comentário ao n.º 1 do artigo 5.º do documento complementar. Já os gastos adicionais incorridos com o processo,	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
b) nos restantes casos, considerar-se-ão os valores das melhores propostas recebidas.		adicionais incorridos com este processo. Acresce ainda que o presente artigo não deverá ter efeitos retroativos (não se deverá aplicar ao ano de 2019).	poderão, mediante apresentação da documentação relevante (processo de consulta, análise de propostas, relatório final e faturas) ser incluídos como ajustamento extraordinário nas contas reguladas reais do ano a que reporta. Por fim, esclarece-se que a norma será aplicável a todos os ativos que venham a ser alienados, independentemente da sua data de aquisição.	entidade gestora remeter à ERSAR os relatórios de avaliação em conjunto com a documentação mencionada no n.º 2 do artigo 4.º; b) no caso de ativos com valor de aquisição superior a 500 000 euros é considerado o valor mais elevado de entre os que forem obtidos pela entidade gestora e os que resultem da média dos valores mais altos de três avaliações de entidades independentes, aceites pela ERSAR, devendo a entidade gestora remeter à ERSAR os relatórios de avaliação em conjunto com a documentação mencionada no n.º 2 do artigo 4.º; c) nos restantes casos, é considerado o valor mais elevado de entre três propostas recebidas.

Artigo 9.º - Entrada em vigor

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
O presente documento complementar entra em vigor no dia útil seguinte à sua publicação no Diário da República.	ESGRA	Não se encontra justificação para que não seja aplicado o período normal de <i>vacatio legis</i> de produção de efeitos no quinto dia.	Atendendo a que o prazo de 5 dias é o prazo supletivo da lei e o presente documento complementar se destina a a ser aplicado às contas reais de 2019 e seguintes, aceita-se a sugestão. Este artigo passa, pelas razões acima apontadas, a 10.º.	O presente documento complementar entra em vigor no 5.º dia útil seguinte à sua publicação no Diário da República.

5. Conclusões

Analizados os contributos recebidos no âmbito da consulta pública e consulta ao Conselho Tarifário da ERSAR, pese embora alguns apontamentos de melhoria, considera-se que a apreciação global das entidades do setor foi positiva relativamente à iniciativa desenvolvida pela ERSAR.

No âmbito desta análise foram integrados no documento complementar as sugestões consideradas pertinentes, tendo sido rejeitadas aquelas que a ERSAR considerou não se enquadrarem no âmbito deste Documento Complementar, não terem fundamento ou não serem as mais adequadas. Para as sugestões não acolhidas foi apresentada a respetiva fundamentação, pretendendo-se assim encontrar um equilíbrio que atenda às preocupações das entidades reguladas e as necessidades do setor.